

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 1 DE JULHO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, Fernando Jorge Lima Ribeiro, em substituição do senhor Vereador António Pinto Carreira, nos termos do artigo 78º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, em substituição da senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, nos termos da citada Lei e José Correia da Silva.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência do senhor Vereador António Pinto Carreira, por motivos pessoais e da senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, por se encontrar em gozo de férias.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O **Executivo Municipal** formulou, por unanimidade, um voto de congratulação ao distinto lamecense Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, Tenente-General Rui Davide Guerra Pereira, por ter sido agraciado com a atribuição de Membro Honorário de Operações Especiais, em cerimónia realizada no Centro de Tropas e Operações Especiais, em Lamego, presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General José Nunes da Fonseca.

O Tenente-General Rui Davide Guerra Pereira nasceu em Lamego, tem 58 anos e foi, em 2017, agraciado com a medalha de ouro do município de Lamego.

Na sua carreira, prestou serviço em várias Unidades, destacando-se a presença no CIOE de 1984 a 1992.

Lecionou no Instituto de Altos Estudos Militares de 1992 a 1995 e de 2003 a 2004. Foi Assessor e Ajudante de Campo do General CEME de 1996 a 1997 e Adjunto do mesmo de 2005 a 2006. Na Brigada Mista Independente desempenhou vários cargos de comando e chefia sendo seu Chefe do Estado-Maior entre 2004 e 2005. No Gabinete do CEMGFA foi Adjunto do Exército e Assessor do General CEMGFA de 1999 a 2000. Na Missão Militar de Portugal na OTAN e na UE, na Bélgica, desempenhou as funções de Adjunto do Exército e de Chairman do Painel e Grupo de Projeto de Forças de Operações Especiais da UE, entre 2000 e 2003. Foi Comandante da Escola Prática de Infantaria. Lecionou no Instituto de Estudos Superiores Militares. Chefiou os Gabinetes do General Chefe do Estado-Maior do Exército e do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

Foi Deputy Commmander do NRDC, desde 13 de janeiro de 2017 a 26 de dezembro de 2017. Desempenhou funções de Comandante das Forças Terrestres desde 27 de dezembro de 2017.

Da sua folha de serviços constam 17 louvores. Possui, ainda, várias condecorações de que se salientam, os Graus de Comendador e de Grande Oficial da Ordem de Avis, as duas Medalhas de Ouro de Serviços Distintos, as cinco Medalhas de Prata de Serviços Distintos, as Medalhas de 1ª, 2ª e 3ª Classe de Mérito Militar, a Medalha de D. Afonso Henriques de 1ª Classe, as Medalhas de Ouro e Prata de Comportamento Exemplar, as Medalhas Comemorativas das Comissões de Serviços Especiais das Forças Armadas, e as Medalhas da NATO, do Exército Italiano e do Exército Francês relativas à SFOR, Bósnia Herzegovina.

CÂMARA MUNICIPAL (COD. 14)

O **senhor Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro** propôs ao Executivo um voto de congratulação e de felicitação ao senhor Dr. José Mário Ferreira de Almeida, ilustre lamecense, cujas funções desempenhadas, em serviço público, das quais se destacam: Secretário de Estado Adjunto e do Ordenamento do Território do XV Governo Constitucional (2002-2003) e Presidente da Assembleia Municipal de Lamego (2006-1012), ao qual todo o **Executivo Municipal** se associou.

CÂMARA MUNICIPAL

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** registou o facto de ter recebido três contratos celebrados no ano de 2016, 2017 e 2018 com a Transdev, SA, porém afirmou que tanto quanto julga saber existem outros contratos que foram celebrados, os quais gostaria de ter acesso.

Reiterou, novamente, ao senhor Presidente da Câmara o pedido de cópia do despacho que permitiu o pagamento de 900.000€ à empresa Transdev, S.A., no ano de 2018, referente aos transportes escolares, solicitando, também, cópia do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas, de recusa de visto.

Por fim, lembrou ao senhor Presidente da Câmara que já passaram mais de três meses da apresentação da sua proposta de deliberação, referente à Associação de Freguesias do Sudeste, para cumprimento de um protocolo celebrado entre o Município de Lamego e que ainda não a trouxe a este Executivo, o que insistiu que faça o mais rápido possível.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do concurso dos transportes escolares para o próximo ano letivo de 2019/2020.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que os documentos relativos a toda a contratualização com a empresa Transdev, S.A., estão à disponibilização dos senhores Vereadores e não há nenhum contrato com a referida empresa, para além dos que recebeu, sendo que o despacho que permitiu o pagamento à empresa Transdev, S.A., no ano de 2018, referente aos transportes escolares, também será disponibilizado.

Informou que trará numa próxima reunião do Executivo a proposta de deliberação, apresentada pelo senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, referente à Associação de Freguesias do Sudeste.

Relativamente ao concurso dos transportes escolares para o próximo ano letivo de 2019/2020, informou que os serviços estão a preparar o procedimento para ser presente à reunião do Executivo, atempadamente.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** retorquiu que, consultado o site da Basegov e comparando com os contratos da Transdev que lhe foram facultados, não é verdade o que o senhor Presidente da Câmara acabou de referir, em que afirma não haver mais contratos celebrados com a referida empresa.

Concluiu que pretende apenas saber quais os restantes contratos e ajustes diretos que foram realizados com a referida empresa e não lhe foram facultados.

A propósito deste assunto, o senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro** chamou a atenção do senhor Presidente que, tendo em conta as alterações que foram introduzidas à lei da contratação pública no que refere ao valor admissível, por ajuste direto de prestação

de serviços, os contratos realizados com a empresa Transdev já estarão largamente ultrapassados.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, na sua primeira intervenção, não tinha sido suficientemente claro nas suas palavras, adiantando que, tal como é do conhecimento dos senhores Vereadores, existe um contrato celebrado com a empresa Transdev, S.A., relativo a prestação de serviços de transporte urbano (Verdinho) e um contrato para realização de transporte escolar no circuito especial que estava inicialmente previsto ser prestado pela União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, o que não chegou a ser materializado. Este contrato cessou quando foi adquirida uma viatura pelo Município. Afirmou que as cópias de tais contratos também serão enviadas aos senhores Vereadores.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que todos os ajustes diretos celebrados, no âmbito de qualquer contrato tem os limites devidamente respeitados, em função dos critérios aplicáveis e da tipologia do procedimento.

O senhor **Presidente da Câmara** sublinhou que os procedimentos celebrados, promovidos pelos serviços, têm cumprido escrupulosamente a lei.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 24 DE JUNHO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 24 de junho de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com a abstenção do senhor Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro, por não ter participado na referida reunião.

DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO – CÓD. DFP | 03

02-ASSUNTO: ALIENAÇÃO DO IMÓVEL DO ANTIGO POSTO DE TURISMO (COD 47)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 543/47/2019 do senhor Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 4611/2019 (aditamento à informação

n.º239/2019) DFP/PAT, com o caderno de encargos, edital, e proposta da comissão que conduzirá o procedimento de hasta pública para alienação do imóvel do antigo posto de turismo, propondo à Câmara Municipal, a apreciação das peças do procedimento, nomeadamente a aprovação do valor base de licitação (80.000,00€), o procedimento a adotar, e a aprovação das mesmas, para alienação do imóvel do antigo posto de turismo, nos termos das alíneas f) e g) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º75/2013, de 12/09, na sua atual redação.

Deliberação: Transita para a próxima reunião.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

03-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DE NATACÃO DO NORDESTE (COD 20)

Presente, novamente, à reunião a proposta de deliberação n.º 497/20/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo, do seguinte teor:

“A vigilância e salvamento em piscinas públicas, como é o caso das Piscinas Municipais Descobertas (PMD), rege-se por obrigações de segurança dos banhistas, definidas em regulamento interno e em legislação nacional de cumprimento indispensável.

A Associação de Natação do Nordeste (ARNN), possui RH, enquadramento legal e idoneidade para prestação do serviço de vigilância e salvamento nas PMD, durante o período balnear (15 de junho a 15 de setembro de 2019) e durante o período de funcionamento das PMD (diariamente entre as 10h00 e as 19h00), nas quantidades apuradas como indispensáveis para que seja garantida a segurança dos utentes/banhistas e o normal funcionamento da instalação”.

Considerando a importância e indefensabilidade do serviço, propõe à Câmara Municipal que seja aprovado protocolo com a referida Associação territorial que contemple as obrigações mútuas, bem como os detalhes da prestação do serviço a executar, tais que se especificam em protocolo anexo.”

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que no ano passado concordou com igual procedimento, porém adiantou que este ano não irá votar favoravelmente, uma vez que discorda desta forma de procedimento.

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro** disse que o preocupa o facto, desta como outras propostas de deliberação virem a reunião de Câmara, excessivamente, a título de proposta de retificação. No caso concreto desta proposta de retificação vem, após o início da abertura das piscinas municipais, adiantando que irá votar contra esta proposta.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** disse que ainda não vê totalmente esclarecida no complemento à informação, a questão que colocou na reunião da semana passada e que se prende com o facto de ter dúvidas se este protocolo já está em execução, ou não, desde o dia 17 de junho do corrente ano, pelo que gostaria de ser esclarecido.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** afirmou que irá votar contra esta proposta de deliberação pelas razões aduzidas na reunião da semana passada, as quais reiterou.

O senhor **Presidente da Câmara** disse que a contratação de três nadadores salvadores por esta via, acautela e defende o superior interesse público.

Lembrou que este assunto esteve agendado atempadamente, porém por motivos de dificuldades de cabimentação, demorou mais uma semana a ser presente à reunião.

Relembrou aos senhores Vereadores que o que está em causa é o interesse público, o interesse da segurança dos utentes que usufruem as piscinas e a prestação do serviço à população, pelo que considera estarem reunidas as condições para se aprovar esta proposta de deliberação.

Afirmou que contratualizar com a Associação é a melhor forma de garantir o completo funcionamento das piscinas municipais, dado que aquela tem ao seu dispor recursos humanos suficientes, para manter nadadores salvadores a trabalhar em permanência, o que para o Município seria completamente impossível de concretizar atenta a sazonalidade da atividade.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** afirmou que não está em perigo o interesse público. Disse que validou esta situação nos anos anteriores, porém este ano entende que, habitando os nadadores salvadores em Lamego, considera que deveriam ser contratados diretamente e não por terceiros, pois defender-se-ia melhor o interesse público.

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro** reafirmou que, uma vez que o assunto vem à reunião de Câmara com o facto já consumado não se sente confortável em validar esta situação. No entanto, concorda com o que disse o senhor Presidente da Câmara, quando diz que esta proposta é a melhor forma de conseguir garantir o pleno funcionamento das piscinas municipais, dado que se o Município tivesse de contratar, a título individual, os nadadores salvadores seria muito complicado.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** concordou que, efetivamente, contratar individualmente três nadadores salvadores não seria a solução, pelo que concorda com esta forma de procedimento. Apenas não concorda com o facto de a proposta vir à reunião com o protocolo já em execução.

O senhor **Presidente da Câmara** reiterou que esta é a melhor forma de acautelar os interesses do Município. Concordando, no entanto, com o facto de os assuntos terem de vir atempadamente à reunião do Executivo, referindo que irá reiterar as indicações aos serviços para que, futuramente, não se volte a repetir.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com três votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, com três votos contra, do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, Fernando Jorge Lima Ribeiro e José Correia da Silva e uma abstenção do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, tendo o senhor Presidente da Câmara, utilizado o voto de qualidade, nos termos do n.º 2, do artigo 54º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado o empate verificado.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votei contra esta proposta, pelas razões aduzidas aquando das minhas intervenções.”*

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Votei contra porque a proposta de deliberação é apresentada quando, efetivamente, as piscinas já se encontram em funcionamento, não encontrando qualquer justificação para que a mesma não tenha sido apresentada em tempo útil.”*

O senhor **Vereador José Correia da Silva** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto contra esta proposta porque o senhor Presidente da Câmara parece não aprender com os erros do passado, uma vez que este protocolo no ano passado, só veio à reunião de Câmara já depois de terem encerrado as piscinas municipais. Teve um ano inteiro para tomar as necessárias medidas de modo a que o contrato a celebrar com os nadadores salvadores cumprisse os prazos legais antes da sua abertura, lamentavelmente o erro repetiu-se este ano, com as piscinas em funcionamento e os nadadores salvadores sem qualquer contrato, a exercerem ilegalmente a sua função.”*

04-ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO DO TEATRO RIBEIRO CONCEIÇÃO REFERENTE AO ANO DE 2018 (COD 20)

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao Executivo do teor do relatório de Gestão do Teatro Ribeiro Conceição, referente ao ano de 2018.

Deliberação: Transita para a próxima reunião.

05-ASSUNTO: DESIGNAÇÃO DE PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ORGANIZADORA FESTAS CIDADE DE LAMEGO “A ROMARIA DE PORTUGAL” (COD. 26)

Presente, novamente, à reunião a proposta de deliberação n.º 540/26/2019, do senhor Presidente da Câmara, que refere que dispõe o n.º 3 do artigo 4.º dos estatutos da Associação Organizadora Festas Cidade de Lamego “A Romaria de Portugal” que o presidente da Direção da referida Associação é designado pela Câmara Municipal de Lamego.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere designar a senhora Dra. Ana Catarina Graça da Rocha, Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, como Presidente da Direção da Associação Organizadora Festas Cidade de Lamego “A Romaria de Portugal”.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** questionou o senhor Presidente da Câmara se esta Associação existe; quantos sócios tem; quem integra os órgãos sociais; onde está sediada esta Associação.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que, tal como é do conhecimento dos senhores Vereadores, a Associação Organizadora Festas Cidade de Lamego “A Romaria de Portugal” não foi dissolvida, esteve numa letargia, tem o seus sócios associados fundadores, tal como constam da escritura de constituição, sendo que, desde a sua constituição, as admissões foram pontuais tendo um número reduzido de associados.

Disse que o se pretende com esta proposta é a reanimação desta Associação e colocá-la novamente em atividade, com o envolvimento de todos os lamecenses dos diversos quadrantes políticos, sociais e institucionais, com vista a ser uma Associação da Cidade de Lamego.

Entende que faz todo o sentido ser a senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha Presidente da Associação, uma vez que tem a seu cargo o pelouro das Festas da Cidade.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que esta proposta de deliberação não tem eficácia, uma vez que o Regulamento Interno Geral da Associação Organizadora das Festas da Cidade de Lamego “Romaria de Portugal”, não permite esta nomeação.

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro** disse que, no seu entender, a proposta de deliberação não tem suporte legal dado que, segundo o Regulamento Interno Geral da Associação Organizadora das Festas da Cidade de Lamego “Romaria de Portugal”, no seu artigo 5º determina que: “*são direitos dos sócios a) eleger e ser eleitos para os cargos associativos;*” complementada com o artigo 11º do mesmo regulamento.

Afirmou, ainda, que concorda com a criação de uma Comissão Organizadora das Festas e que pretendia que a mesma fosse regida pelo Código da Contratação Pública.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** afirmou que esta proposta está devidamente fundamentada, pelo n.º 3 do artigo 4º dos Estatutos da referida Associação,

que refere claramente que o Presidente da Direção é designado pela Câmara Municipal de Lamego.

O senhor **Vereador José Correia da Silva** referiu que o senhor Presidente da Câmara deveria apresentar a lista dos associados desta Associação, pois gostaria de ter acesso à mesma.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que o Regulamento Interno Geral da Associação não pode derogar os Estatutos, o documento que consagra a forma e os princípios da Associação.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que o que vê desta proposta de deliberação é a vontade que deve existir uma Associação ou uma Comissão que assuma a organização das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios.

Lembrou que tal Associação já existiu no passado e o que deve ser relevado desta proposta é a vontade da Câmara para que se reative esta Associação, dando à senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, uma espécie de mandato, para que seja o motor da reanimação da referida Associação.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que concorda com a criação de uma Associação organizadora das Festas da Cidade, porém adiantou que a senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, por força das competências que lhe foram delegadas, tem essa legitimidade de fazer “ressuscitar” a Associação.

Entende, por isso, que esta proposta de deliberação não faz qualquer sentido, uma vez que considera estar a violar as normas do Regulamento Interno da referida Associação.

O senhor **Vereador Fernando Jorge Lima Ribeiro** reiterou o que referiu anteriormente, contudo, adiantou que não irá obstaculizar a que se reative esta Associação organizadora das Festas da Cidade.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** reafirmou que os Estatutos da referida Associação dizem claramente que o Presidente da Direção é designado pela Câmara Municipal de Lamego, pelo que não tem dúvidas da legitimidade desta proposta. Afirmou ainda que não faria sentido ser nomeada outra pessoa que não fosse a senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha, uma vez que tem a seu cargo o pelouro das Festas da cidade.

O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que o objetivo desta proposta é colocar em funcionamento a Associação, com o envolvimento da Câmara e representada pela senhora Vereadora Ana Catarina Graça da Rocha.

Reiterou, ainda, que o Regulamento Interno Geral da Associação não pode ser interpretado de forma contrária ao que diz o n.º 3 do artigo 4º dos Estatutos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com seis votos a favor, do Presidente da Câmara e dos Vereadores do Partido Socialista, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Aurélio Paulo Costa Henriques Barradas, do Vereador do PSD, Fernando Silvério Cardoso de Sousa e dos Vereadores da Coligação “Todos Juntos por Lamego”, Fernando Jorge Lima Ribeiro e José Correia da Silva e um voto contra do Vereador do PSD, Ernesto da Silva Rodrigues, designar a senhora Dra. Ana Catarina Graça da Rocha, Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, como Presidente da Direção da Associação Organizadora Festas Cidade de Lamego “A Romaria de Portugal”.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** proferiu a seguinte declaração de voto: *“Voto contra a proposta apresentada pelo senhor Presidente, atentas as razões explanadas em sede de discussão, acrescidas das que adiante se enumeram:*

1- Tratando-se de uma Associação criada em 1995 por ilustres Lamecenses em que 50%, infelizmente, já não estão entre nós, o senhor Presidente da Câmara não sabe quantos sócios existem nesta data e também não sabe onde fica a sua sede, nem quem integra os órgãos sociais;

2- Concedendo, depois de uma leitura mais atenta, que os Estatutos, no seu n.º 3 do artigo 4.º, determinam que a designação do presidente do órgão Direção é da competência do Executivo Municipal, norma que, ainda assim, não se encontra transcrita no Regulamento Interno Geral (RIG), com esta proposta estamos a nomear um presidente de coisa nenhuma, porquanto não foi junta ao processo qualquer ata que demonstre a existência da constituição dos órgãos sociais da Associação, conforme preconiza o n.º 1 do mesmo artigo 4.º, e que são: a Assembleia Geral, a Direção e o Conselho Fiscal. De resto, o senhor Presidente admitiu que não existe qualquer órgão em funções, por essa razão é absolutamente desprovido de qualquer eficácia a nomeação de um presidente que presidirá a um órgão inexistente, pois não houve eleições, não existe mesa da Assembleia para lhe dar posse e não existe Conselho Fiscal que lhe fiscalize as contas.

3- Assim sendo, andamos com o “carro à frente dos bois” e estamos a limitar o direito da livre associação, da transparência dos atos administrativos e a criar condições para o gasto de dinheiro público sem a observância das regras da concorrência, fomentando a obscuridade.

4- Nada tenho contra a Associação e muito menos contra os seus associados e também não ponho em causa a bondade da sua criação, nem a ajuda que podem oferecer ao município na organização da Romaria de Portugal, mas gosto das coisas claras, objectivas e em respeito pelos princípios e deveres que norteiam o Associativismo e o gasto de dinheiro público. Enquanto sócio, o representante legal do município de Lamego

tem toda a legitimidade de fomentar, bem como qualquer outro, a constituição por eleição dos Órgãos da Associação, cumprindo a legislação em vigor e depois apresentar uma proposta ao Executivo de designação do presidente da Direção, nos termos dos estatutos.”

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

06-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: PATRÍCIA ALEXANDRA RODRIGUES MONTEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 544/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Patrícia Alexandra Rodrigues Monteiro solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Patrícia Alexandra Rodrigues Monteiro, cliente n.º 19782, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

07-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MARIA DA SOLEDADE CARNEIRO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 545/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria da Soledade Carneiro solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Maria da Soledade Carneiro, cliente n.º 18522, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

08-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: JOSÉ JOÃO CORREIA DA CUNHA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 546/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que o senhor José João Correia da Cunha solicitou, ao abrigo do n.º

1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de José João Correia da Cunha, cliente n.º 229, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

09-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MARIA LÚCIA DE MAGALHÃES ALVES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 551/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Maria Lúcia de Magalhães Alves solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego. Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Maria Lúcia de Magalhães Alves, cliente n.º 19985, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE MONTANTE PAGO INCORRETAMENTE NA FATURA DE ÁGUA (COD 01)

REQUERENTE: VERA PATRÍCIA SABENÇA COELHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 547/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 4223/DASU, de 13/06/2019, propondo à Câmara Municipal que delibere a restituição do montante de 154,67€, a Vera Patrícia Sabença Coelho, respeitante a consumos de água registados e faturados incorretamente, cobrados através de faturas emitidas entre janeiro de 2017 e fevereiro de 2019, que a cliente regularizou em devido tempo.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

11-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: JOSÉ CARLOS OLIVEIRA TOMÁS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 548/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 4180/DASU, de 12/06/2019, propondo à Câmara Municipal se digne deliberar a audiência prévia de José Carlos Oliveira Tomás, cliente n.º 17057, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita na freguesia de Lamego, nos termos do artigo 121º do CPA, para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento que recaiu sobre o seu pedido de renovação da adesão ao tarifário especial social da água.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

12-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: GABRIEL DOS SANTOS PINTO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 549/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3253/DASU, de 14/05/2019, propondo à Câmara Municipal se digne deliberar a audiência prévia de Gabriel dos Santos Pinto, cliente n.º 24437, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita na freguesia de Lamego, nos termos do artigo 121º do CPA, para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento que recaiu sobre o seu pedido de renovação da adesão ao tarifário especial social da água.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

13-ASSUNTO: PEDIDO DE ADESÃO AO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)

REQUERENTE: MARCO PAULO DE FREITAS PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 550/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 3971/DASU, de 04/06/2019, propondo à Câmara Municipal que delibere a audiência prévia de Marco Paulo de Freitas Pereira, cliente 4598, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita na freguesia de Lamego, nos termos do artigo 121º do CPA, para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento que recaiu sobre o seu pedido de renovação da adesão ao tarifário especial social de água.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

14-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DO SENHOR D'AFLIÇÃO EM CAMBRES E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DO SENHOR D'AFLIÇÃO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 552/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização da

Festa em Honra do Senhor D'Aflição, que decorrerão nos dias 25 de julho a 29 de julho de 2019, na freguesia de Cambres, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

15-ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (**COD 51**)

REQUERENTE: IRMANDADE DE NOSSO SENHOR DOS AFLITOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 557/51/2019 do senhor Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que ratifique o seu despacho, datado de 27 de junho de 2019, através do qual deferiu a autorização previa para lançamento de fogo de artifício, com início a 28 de junho a 6 de julho de 2019, no âmbito da realização das Festas em Honra de Nosso Senhor dos Aflitos, bem como a isenção do pagamento de taxas.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

• GABINETE DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO – **CÓD. AO 01 | GAET 04**

16-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (**COD. 51**)

REQUERENTE: SEBASTIÃO JESUS CARNEIRO – ADEGA MATOS

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 554/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta, com 8 m2, pelo período de 3 meses (julho a setembro).

O valor das taxas a pagar pela requerente é de 117,60€.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

17-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (**COD. 51**)

REQUERENTE: NUNO MANUEL RODRIGUES SANTOS – CAFÉ TÚNEL

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 553/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada aberta, com 15 m2, pelo período de 4 meses (junho a setembro).

O valor das taxas a pagar pela requerente é de 294,00€.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

18-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA (COD. 51)

REQUERENTE: CARLOS ALBERTO JESUS TEIXEIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 556/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido do requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com um estrado para instalação de uma esplanada aberta, com 3 m2, pelo período de 8 meses (junho de 2019 a janeiro de 2020).

O valor das taxas a pagar pela requerente é de 117,60€.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

19-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM CARTAZ PUBLICITÁRIO (COD. 51)

REQUERENTE: HERNÂNI CABRAL FOTOGRAFIA - UNIPESSOAL, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 555/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que delibere o deferimento do pedido da requerente em que solicitou a ocupação de espaço público com um cartaz publicitário, com a dimensão de 1 m2, pelo período de julho a setembro de 2019.

O valor das taxas a pagar pela requerente é de 14,70€.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

20-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

21-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária